vinetur

Itália pede à Comissão Europeia que impeça a generalização de nomes protegidos em mercados estrangeiros

Roma quer medidas concretas da UE, alertando que a proteção mais fraca das indicações geográficas pode prejudicar marcas de exportação, dos vinhos aos produtos regionais

quarta-feira, 4 de novembro de 2026



A Itália pediu à Comissão Europeia que reforce a proteção das indicações geográficas contra tentativas de as transformar em nomes genéricos nos mercados estrangeiros, afirmou na terça-feira, 3 de novembro, o ministro da Agricultura, Francesco Lollobrigida.

Numa declaração divulgada pelo Ministério da Agricultura, da Soberania Alimentar e das Florestas, Lollobrigida disse ter escrito ao comissário europeu para a Agricultura, Christophe Hansen, para solicitar «uma série de medidas concretas» destinadas a travar tentativas de enfraquecer o estatuto jurídico dos nomes italianos protegidos. Segundo o ministro, essas iniciativas pretendem permitir a produção e comercialização livres, no estrangeiro, de produtos que utilizam nomes associados à origem italiana, uma mudança que, afirmou, prejudicaria gravemente as empresas do setor.

O ministro afirmou que a promoção e a proteção dos produtos italianos DOP têm sido uma prioridade do Governo da primeira-ministra Giorgia Meloni. DOP significa denominação de origem protegida, um dos principais regimes europeus de qualidade utilizados para proteger nomes associados a um território e a um método de produção específicos. Nas suas declarações, Lollobrigida também se referiu, de forma mais ampla, às indicações geográficas, o sistema da UE que protege nomes de alimentos e bebidas associados à origem, à qualidade e à reputação.

Segundo o ministério, a Itália também procurou colocar o Plano de Ação da UE para as indicações geográficas e aquilo que descreveu como ataques a nomes protegidos em mercados de países terceiros no centro de uma discussão entre os ministros da Agricultura da UE, na próxima reunião do Conselho Agrifish, em Bruxelas. Isto significa que a questão deverá passar de uma troca bilateral entre Roma e a Comissão Europeia para um debate político mais abrangente entre os Estados-Membros.

A declaração não apresentou o texto integral da carta nem especificou que nomes, países ou litígios pendentes motivaram o pedido. Também não detalhou as medidas que a Itália pretende que a Comissão adote. Mas a principal preocupação apontada pelo ministério é o risco de nomes protegidos pela legislação da UE passarem gradualmente a ser tratados no estrangeiro como descrições comuns de produtos, em vez de indicações legalmente protegidas e associadas ao local de origem.

Esta distinção é importante porque, quando um nome é reconhecido como genérico num mercado, os produtores de fora da região de origem podem, muitas vezes, utilizá-lo com maior liberdade, reduzindo o valor do rótulo protegido para as empresas que cumprem as regras de produção reconhecidas. Para a Itália, cujas exportações agroalimentares dependem fortemente das marcas regionais, isso pode afetar os preços, o posicionamento no mercado e a capacidade de contestar imitações.

A questão tem particular importância para o setor das bebidas. Os vinhos italianos dependem fortemente de rótulos associados à origem para distinguir os produtos nos mercados de exportação, e qualquer enfraquecimento da proteção das indicações geográficas pode dificultar a defesa, pelos produtores, de nomes ligados a regiões específicas. As mesmas preocupações podem estender-se a outras bebidas cuja identidade comercial assenta na origem e na reputação protegidas.

A União Europeia há muito considera as indicações geográficas uma componente central da sua política agrícola e da sua estratégia comercial. Bruxelas tem procurado proteger esses nomes através de regulamentos internos e de acordos comerciais com países que não pertencem à UE. Ainda assim, persistem litígios em alguns mercados estrangeiros, onde produtores e autoridades locais podem argumentar que certos nomes europeus se tornaram termos comuns para designar um estilo ou uma categoria de produto.

A iniciativa italiana indica que Roma quer uma resposta mais firme da Comissão a essa pressão. Ao abordar diretamente a questão com Hansen e ao procurar promover um debate no Conselho Agrifish, o Governo tenta reunir apoio para uma abordagem mais ampla da UE à defesa dos nomes protegidos fora do bloco.

Para os produtores italianos, o resultado tem importância para além da linguagem jurídica. O valor de muitos produtos assenta na garantia de que um nome não se limita a descrever um tipo de alimento ou bebida, mas identifica um produto feito num local específico, segundo normas reconhecidas. A Itália pede agora a Bruxelas que torne esse princípio mais difícil de enfraquecer nos mercados globais.